

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	257050-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO	NEIDE GIRON	04/05/2026 16:23 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25062.001289/2025-47

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA VILHENA-257050

OBJETO

Aquisição de Baterias Estacionárias e Switches para atender às necessidades do DSEI Vilhena

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 58.618,92 cinquenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e noventa e dois centavos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90007/2026

(Processo Administrativo n.º **25062.001289/2025-47**)

Torna-se público que o(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA VILHENA), por meio do(a) Setor de Recursos Logísticos, sediado(a) Guaporé, n.º 3046, bairro Jardim Clodoaldo no município de Cacoal-RO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de Baterias Estacionárias e Switches para atender às necessidades do DSEI Vilhena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 2(dois) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será realizada Ata de Registro de Preço.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para **todos** os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,01 (mil reais e um centavo) à R\$ 2.000,00 (dois mil reais) – R\$ 15,00 (quinze reais);**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.2. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.15 O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (Dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas horas,, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas horas, para

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão, ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não será realizada Ata de Registro de Preço.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não será realizada Ata de Registro de Preço.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação, ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação, ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selog.dseivilhena@saude.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília–DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Projeto Básico;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

16.11.5. Anexo V – Modelo de Proposta;

16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;

16.11.8. Anexo VIII – (...);

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 16:23:01.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	257050-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO	NEIDE GIRON	04/05/2026 16:22 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25062.001289/2025-47

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Baterias Estacionárias e Switches para atender às necessidades do DSEI Vilhena nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bateria Estacionária Alta Capacidade Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido Selado, Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 230 AH, Número De Elementos: 2, Dimensões: 520 X 268 X 225 MM, Peso: 72 KG, Aplicação: Subestações Elétricas, Características Adicionais: Livre De Manutenção, Modelo: Up122300	479358	Unidade	4	R\$ 1897,23	R\$ 7.588,92
2	Modem Roteador Modelo: Modem E Roteador Com 8 Antenas, Aplicação: Terminal Remoto, Fonte, Alimentação: Externa, Tipo Interface: Wan/Lan , Protocolo Enlace: Ipv4/Ipv6 , Tensão Entrada: 12 V, Tipo Portas: 4 Portas Gigabit-Lan E 1 Porta	486468	Unidade	36	R\$ 1417,5	R\$ 51.030,00

Gigabit Wan, Frequência Sinal: Dual Band 2,4 / 5,0 Ghz					
Valor TOTAL: R\$ 58.618,92 cinquenta e oito mil seiscientos e dezoito reais e noventa e dois centavos					

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do(a) **apresentação da proposta**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000063/2026;
 - II) Data de publicação no PNCP: 13/11/2025 ;
 - III) Id do item no PCA: 728 / 729 ;
 - VI) Classe/Grupo: 6140 / 7050;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 257050-86/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os fornecedores sempre que possível deverão adotar boas práticas de otimização de recursos /redução de desperdícios /menor poluição, seguindo os critérios de sustentabilidade ambiental: Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.; e

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados do(a) nota de empenho, em remessa única.

5.1.1. Os equipamentos deverão ser etiquetados com os respectivos números de patrimônio antes da instalação pelo almoxarifado do Dsei Vilhena.

5.1.2. A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Administração, em dias úteis, dentro do horário de expediente do DSEI Vilhena, mediante prévio agendamento com o setor responsável.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios, cabos, manuais técnicos e certificados, quando aplicável.

5.1.4. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas, que garantam a integridade dos equipamentos durante o transporte e armazenamento.

5.1.5. O transporte, a carga, a descarga e o seguro dos bens até o local de entrega correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

5.1.6. No ato da entrega, os bens estarão sujeitos à verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, podendo ser recusados, total ou parcialmente, caso não atendam às exigências técnicas ou apresentem defeitos aparentes.

5.1.7. A contratada deverá providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção dos bens rejeitados no prazo a ser definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, apresentando a devida justificativa e comprovação dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues na sede do DSEI Vilhena, localizada na Avenida Guaporé, n.º 3046, Bairro Jardim Clodoaldo, Cacoal-RO, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (Dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 58.618,92 cinquenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e noventa e dois centavos**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257050;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234696;

IV) Elemento de despesa: 449052.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não será utilizado instrumento substitutivo, pois as informações e cláusulas pertinentes estarão formalizadas no contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica(o) nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de..... de 20... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LOPES RODRIGUES

Chefe Selog



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 10:48:04.

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 16:22:19.

IRAJA SOARES DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:24:42.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25062.001289/2025-47

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente necessidade administrativa decorre da imprescindibilidade de garantir a continuidade, a estabilidade e a segurança da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação de dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, por meio da aquisição de baterias estacionárias e equipamentos de rede do tipo switches.

2.2. A contratação pretendida insere-se no contexto das atividades essenciais de apoio às ações administrativas e finalísticas de saúde indígena, considerando que a infraestrutura de TI e de energia ininterrupta constitui elemento estruturante para o funcionamento contínuo dos sistemas informatizados, para a gestão institucional e para o suporte às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam no território sob responsabilidade do DSEI Vilhena.

2.3. Este Estudo Técnico Preliminar é elaborado em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, configurando-se como documento obrigatório da fase de planejamento da contratação, destinado a subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à conveniência, oportunidade e adequação da solução a ser adotada pela Administração.

2.4. No que se refere às baterias estacionárias, destaca-se que a indisponibilidade ou falha do sistema de energia ininterrupta (UPS /nobreak) compromete diretamente a operação dos servidores responsáveis pelo armazenamento e processamento de dados críticos, incluindo registros administrativos, informações clínicas, dados epidemiológicos, agendamentos de consultas e exames, bem como os sistemas corporativos utilizados pelas EMSI, com especial relevância para o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI).

2.5. Eventuais interrupções prolongadas ou perdas de dados ocasionariam impactos severos à gestão da saúde indígena, com reflexos diretos na assistência prestada às comunidades atendidas pelo DSEI Vilhena.

2.6. Sob a perspectiva das boas práticas técnicas e da gestão de riscos, é amplamente recomendado que os bancos de baterias utilizados em sistemas críticos sejam substituídos em ciclos regulares, geralmente não superiores a quatro anos, independentemente da existência de falhas aparentes, a fim de prevenir eventos imprevisíveis e potencialmente graves.

2.7. Ressalta-se, ainda, que a substituição parcial ou a combinação de baterias com diferentes idades, capacidades ou modelos é tecnicamente contraindicada, pois provoca desequilíbrio do banco de baterias e aumenta significativamente o risco de falhas catastróficas, tornando necessária a substituição integral do conjunto, conforme proposto nesta contratação.

2.8. No tocante à aquisição dos equipamentos de rede do tipo switches, a necessidade está diretamente relacionada à ampliação e consolidação da infraestrutura de conectividade de dados no âmbito do DSEI Vilhena, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com as ações em curso de implantação de links de internet nas Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), Polos Base, CASAls e demais pontos estratégicos localizados em aldeias indígenas sob responsabilidade do Distrito.

2.9. A efetividade desses links de conectividade depende, necessariamente, da existência de equipamentos de rede capazes de distribuir, gerenciar e garantir a comunicação segura e estável entre servidores, estações de trabalho e dispositivos móveis utilizados pelas equipes de saúde.

2.10. A realidade territorial do DSEI Vilhena, caracterizada por extensas áreas geográficas, comunidades isoladas e limitações logísticas, impõe desafios adicionais à comunicação e à gestão das ações de saúde, tornando os switches elementos essenciais para viabilizar a interligação entre aldeias, Polos Base e CASAls.

2.11. Nesse contexto, os equipamentos de rede possibilitam a comunicação em tempo real, o envio ágil de informações ao Sistema Único de Saúde (SUS), o registro digital das atividades das EMSI e o suporte a atendimentos de urgência e emergência em localidades que historicamente careciam de meios adequados de comunicação.

2.12. Destaca-se que, desde o início da implantação dos links de internet, formalizada por meio do Contrato INFOSUS IV, diversos locais já contam com conectividade funcional. Contudo, para que a totalidade das unidades alcance o mesmo nível de eficiência operacional, torna-se imprescindível a aquisição dos equipamentos de rede ora propostos.

2.13. A ausência desses dispositivos inviabiliza o pleno aproveitamento dos links instalados, gerando gargalos operacionais, subutilização de investimentos públicos já realizados e prejuízos à continuidade das ações de saúde indígena.

2.14. Dessa forma, a aquisição das baterias estacionárias e dos switches não se configura como mera reposição de bens ou simples modernização tecnológica, mas como medida estratégica, preventiva e estruturante, voltada à mitigação de riscos, à proteção do patrimônio público, à continuidade administrativa e à efetividade das políticas públicas de saúde indígena.

2.15. O atendimento dessa necessidade encontra pleno amparo no interesse público e nos princípios da eficiência, do planejamento, da continuidade do serviço público e da segurança institucional, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Recursos Logísticos	Antônio Lopes Rodrigues

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, fundamentados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde, observando-se o equilíbrio entre sustentabilidade, vantajosidade e competitividade:

4.1.2. As baterias estacionárias deverão possuir vida útil compatível com aplicações críticas em sistemas de energia ininterrupta (UPS /nobrek), com tecnologia adequada para uso estacionário, sendo vedada a oferta de baterias automotivas ou de uso não estacionário, de modo a reduzir riscos de falhas prematuras, geração excessiva de resíduos e substituições frequentes.

4.1.3. As baterias deverão atender às normas técnicas vigentes da ABNT e às regulamentações do INMETRO, quando aplicáveis, assegurando padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança elétrica e ambiental.

4.1.4. Os equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores deverão apresentar eficiência energética compatível com seu porte e capacidade, priorizando modelos que possuam recursos de gerenciamento de consumo de energia.

4.1.5. Os equipamentos ofertados deverão ser novos, sem uso anterior, e possuir componentes livres de substâncias perigosas acima dos limites permitidos pela legislação ambiental brasileira, especialmente no que se refere a metais pesados e substâncias tóxicas.

4.1.6. Os fornecedores deverão observar práticas ambientalmente adequadas quanto à logística reversa de baterias ao final de sua vida útil, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, sem que tal exigência gere restrição indevida à competitividade.

4.1.7. As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, recicláveis ou reutilizáveis, devendo ser evitado o uso excessivo de materiais plásticos não recicláveis, sempre que tecnicamente possível.

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos

(Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.2.1. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, sendo permitida a oferta de quaisquer marcas que atendam integralmente às especificações técnicas, aos requisitos de desempenho, qualidade e sustentabilidade definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, garantindo-se a ampla competitividade do certame.

4.3. Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto

4.3.1. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo correspondente, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos:

4.3.2. Baterias de uso automotivo ou de finalidade diversa da aplicação estacionária em sistemas de energia ininterrupta.

4.3.3. Equipamentos reconicionados, remanufaturados, usados ou provenientes de mostruário.

4.3.4. Equipamentos que não atendam às normas técnicas, de segurança elétrica ou ambientais aplicáveis.

4.4. Da Exigência de Amostra

4.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar não será obrigado à apresentação de amostra, considerando-se que a verificação da conformidade técnica do objeto será realizada por meio de documentação técnica, catálogos, manuais do fabricante e demais meios previstos no edital.

4.4.2. Não serão exigidas amostras dos itens licitados.

4.5. Da Avaliação de Conformidade Técnica

4.5.1. Para fins de aceitabilidade, serão avaliados, no mínimo, os seguintes aspectos e padrões técnicos:

4.5.2. Baterias estacionárias: capacidade nominal, compatibilidade com os nobreaks existentes, vida útil projetada, conformidade com normas técnicas e garantia.

4.5.3. Switches e/ou modem roteadores: capacidade de portas, desempenho de tráfego, compatibilidade com a infraestrutura existente, recursos de gerenciamento e segurança.

4.5.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico da licitação.

4.6. Manuais Técnicos

4.6.1. Os licitantes vencedores deverão fornecer, sem ônus, os manuais técnicos e de operação dos equipamentos, em língua portuguesa, quando aplicável.

4.7. Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.7.1. Não será exigida carta de solidariedade, ainda que o fornecedor atue como revendedor ou distribuidor, considerando a natureza comum do objeto e a necessidade de preservação da competitividade do certame.

4.8. Subcontratação

4.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, em nenhuma de suas parcelas, em razão da necessidade de garantir a responsabilidade integral do contratado quanto à qualidade, compatibilidade técnica e segurança dos bens fornecidos.

4.9. Garantia da Contratação

4.9.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco de inadimplemento contratual e as conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.9.2. O contrato poderá oferecer maior detalhamento das regras aplicáveis à garantia da contratação, quando cabível.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar, analisar e comparar as soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade administrativa do DSEI Vilhena, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos, ambientais e de sustentabilidade, nos termos do art. 18, incisos I, II e V, da Lei n.º 14.133/2021, bem como do art. 9º da Instrução Normativa SEGES n.º 58/2022.

5.2. Para a realização do levantamento de mercado, foram consideradas informações obtidas por meio de:

- pesquisa em bases públicas de compras governamentais (ex.: Compras.gov.br);
- consultas a fornecedores e catálogos técnicos;
- análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública;
- avaliação das características técnicas exigidas para aplicações críticas em infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação de dados.

5.3. O levantamento contemplou, de forma integrada, baterias estacionárias para sistemas de energia ininterrupta (UPS/nobreaks) e equipamentos de rede (switches e modem-roteadores), bens considerados comuns e amplamente disponíveis no mercado nacional.

5.4. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado

5.4.1. O mercado nacional dispõe de múltiplas soluções tecnológicas aptas a atender às necessidades do DSEI Vilhena, com variações de tecnologia, desempenho, durabilidade, custo e impacto ambiental. A análise foi estruturada de modo a identificar aquelas que atendem integralmente aos requisitos técnicos e de sustentabilidade, sem restrição indevida à competitividade.

5.5. Escolha da Solução Tecnológica

5.5.1. Solução Tecnológica 1 – Baterias Automotivas Convencionais

Viabilidade: Não viável

5.5.1.1. As baterias automotivas convencionais, embora apresentem menor custo unitário inicial e ampla disponibilidade no mercado, não são tecnicamente adequadas para aplicações estacionárias em sistemas de energia ininterrupta, uma vez que são projetadas para fornecer picos elevados de corrente por curtos períodos.

5.5.1.2. As principais desvantagens técnicas e operacionais dessa solução são:

- vida útil significativamente inferior em aplicações estacionárias;
- maior taxa de falhas prematuras e necessidade de substituições frequentes;
- aumento da geração de resíduos perigosos;
- risco elevado de falhas súbitas, superaquecimento e vazamento de eletrólito.

5.5.1.3. Conclui-se que a adoção dessa solução contraria as boas práticas técnicas, os requisitos de sustentabilidade e o interesse público, razão pela qual é considerada inviável, conforme os requisitos da contratação.

5.5.2. Solução Tecnológica 2 – Baterias Estacionárias Chumbo-Ácido Seladas (VRLA)

Viabilidade: Altamente viável

5.5.2.1. As baterias estacionárias chumbo-ácido seladas do tipo VRLA (Valve Regulated Lead Acid) são amplamente utilizadas em sistemas UPS/nobreaks para aplicações críticas, como data centers, hospitais e infraestruturas de TI governamentais.

5.5.2.2. Entre as principais vantagens dessa tecnologia destacam-se:

- projeto específico para regime estacionário e descargas controladas;
- vida útil compatível com aplicações críticas (entre 3 e 5 anos);
- menor necessidade de manutenção;
- ampla oferta de fabricantes e modelos;
- compatibilidade com os nobreaks existentes no DSEI Vilhena;
- possibilidade de logística reversa estruturada, conforme a Lei nº 12.305/2010.

5.5.2.3. Como desvantagens, destacam-se o maior peso e volume em relação a tecnologias mais recentes e a sensibilidade a altas temperaturas.

5.5.2.4. Conclui-se que esta solução atende integralmente aos requisitos técnicos, operacionais e de sustentabilidade, apresentando excelente relação custo-benefício para o contexto analisado.

5.5.3. Solução Tecnológica 3 – Baterias de Lítio (Li-Ion ou LiFePO4)

Viabilidade: Parcialmente viável

5.5.3.1. As baterias de lítio apresentam tecnologia mais recente, com vantagens relevantes em densidade energética, vida útil e eficiência.

5.5.3.2. Contudo, apresentam desvantagens significativas no contexto analisado, tais como:

- custo de aquisição elevado;
- menor oferta no mercado público nacional;
- necessidade de compatibilidade específica com os nobreaks existentes.

5.5.3.3. Assim, embora tecnicamente avançada, essa solução não se mostra a mais vantajosa sob a ótica da economicidade.

5.5.4. Escolha da Melhor Solução Tecnológica

5.5.4.1. Diante da análise comparativa, conclui-se que a Solução Tecnológica 2 – Baterias Estacionárias Chumbo-Ácido Seladas (VRLA) é a que melhor atende às necessidades do DSEI Vilhena.

5.6. Escolha da Solução quanto à Forma de Execução

5.6.1. A execução por meios próprios do Ministério da Saúde mostra-se inviável, em razão da inexistência de estrutura produtiva, capacidade técnica especializada ou logística adequada.

5.6.2. A contratação de empresa especializada é a opção mais adequada, nos termos dos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, garantindo fornecimento de produtos novos, certificados e com garantia.

5.6.3. Assim, define-se a contratação de empresa especializada como a forma de execução mais eficiente e segura.

5.7. Escolha da Solução quanto à Forma de Seleção do Fornecedor

5.7.1. Não foi identificada IRP vigente compatível com o objeto, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

5.7.2. Não foi identificada Ata de Registro de Preços vigente compatível com o objeto.

5.7.3. Não se configuram hipóteses de contratação direta, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.4. A licitação é a alternativa juridicamente adequada, sendo indicada a modalidade Pregão, conforme art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.7.5. Conclui-se pela realização de Pregão Eletrônico.

5.8. Escolha da Forma de Contratação

5.8.1. Considerando tratar-se de aquisição de bens, com demanda definida e substituição programada, a forma mais adequada é o Contrato de Fornecimento, sem necessidade de Sistema de Registro de Preços.

5.9. Adequação da Solução à Necessidade

5.9.1. A solução escolhida apresenta plena aderência às necessidades do DSEI Vilhena, garantindo continuidade operacional, mitigação de riscos e proteção do patrimônio público.

5.10. Adequação entre Modalidade, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

5.10.1. A modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto, é compatível com a natureza do objeto.

5.11. Quadro do Objeto

Item	Descrição	Unidade de Medida
1	Bateria estacionária chumbo-ácido selada, 12V, alta capacidade, compatível com nobreak	Unidade
2	Switch e/ou modem roteador para rede de dados, conforme especificações técnicas	Unidade

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de baterias estacionárias chumbo-ácido seladas do tipo VRLA, de alta capacidade, e de equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores, mediante licitação na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, utilizando-se solução tecnológica amplamente consolidada no mercado nacional, associada a modelagem de contratação por contrato de fornecimento, com critério de julgamento pelo menor preço, para

atender à necessidade de garantir a continuidade, a segurança e a confiabilidade da infraestrutura de tecnologia da informação e de comunicação de dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, assegurando o funcionamento ininterrupto dos sistemas informatizados administrativos e assistenciais, bem como a plena utilização dos links de conectividade implantados nas Unidades Básicas de Saúde Indígena, Polos-base, CASAls e demais pontos estratégicos sob responsabilidade do Distrito. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório competitivo, assegurada a ampla participação de fornecedores aptos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

6.2. A solução será executada com entrega dos bens nas unidades do DSEI Vilhena, abrangendo a sede administrativa e demais locais indicados pela Administração, situados no âmbito territorial de atuação do Distrito Sanitário Especial Indígena Vilhena, conforme definido no instrumento contratual e no termo de referência.

6.3. A execução da solução ocorrerá durante a vigência do contrato de fornecimento, com entrega dos bens em parcela única ou conforme cronograma definido pela Administração, a contar da assinatura do contrato, observados os prazos estabelecidos no edital e no termo de referência, não se caracterizando como serviço continuado.

6.4. A contratação será executada em regime de empreitada por preço unitário, considerando que se trata de aquisição de bens com especificações técnicas previamente definidas, permitindo o pagamento de acordo com as quantidades efetivamente fornecidas e aceitas pela Administração.

6.5. No que se refere às exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, os bens fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, acompanhados de garantia mínima de fábrica, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e das práticas usuais de mercado, abrangendo a substituição ou reparo em caso de defeitos de fabricação. Para as baterias estacionárias, deverá ser observada, quando aplicável, a logística reversa, em conformidade com a Lei n.º 12.305/2010, bem como a compatibilidade técnica com os nobreaks existentes. Para os equipamentos de rede, deverá ser assegurado suporte técnico durante o período de garantia, não se exigindo contrato de manutenção continuada após o término da garantia, salvo se futuramente identificado como necessário pela Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base em levantamento técnico prévio da infraestrutura existente, devidamente formalizado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 111/2025, elaborado pela área requisitante (SELOG /DSEI Vilhena), o qual integra o processo administrativo da contratação e consolida as informações técnicas necessárias à adequada definição do quantitativo demandado.

7.2. No que se refere às baterias estacionárias, o quantitativo estimado decorre da necessidade de substituição integral dos bancos de baterias atualmente instalados nos sistemas de energia ininterrupta (UPS/nobreaks) responsáveis pela proteção elétrica dos servidores do DSEI Vilhena. Conforme descrito no DFD nº 111/2025, a infraestrutura existente é composta por 02 (dois) nobreaks, sendo que cada equipamento opera com 02 (duas) baterias estacionárias de 12 volts conectadas em série, formando um banco de 24 volts, configuração tecnicamente necessária para garantir a estabilidade e o correto funcionamento do sistema.

7.3. Considerando as boas práticas técnicas, que vedam a substituição parcial ou a mistura de baterias com diferentes idades, capacidades ou modelos, faz-se necessária a substituição integral dos bancos de baterias, resultando no quantitativo total de 04 (quatro) baterias estacionárias, suficiente e estritamente necessário para atender à infraestrutura existente, sem caracterizar superdimensionamento.

7.4. Quanto aos equipamentos de rede do tipo switches, o quantitativo estimado de 36 (trinta e seis) unidades fundamenta-se no levantamento dos pontos de conectividade implantados e em operação no âmbito do DSEI Vilhena, conforme registrado no DFD nº 111 /2025. Conforme o documento, no contexto da implantação dos links de internet formalizada por meio do Contrato INFOSUS IV, foram identificados 36 (trinta e seis) locais distintos, compreendendo Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), Polos Base, CASAls e aldeias indígenas, que demandam a disponibilização de equipamento de rede próprio para a distribuição e o gerenciamento do tráfego de dados.

7.5. Ressalta-se que cada localidade atendida requer, no mínimo, 01 (um) switch, de modo a possibilitar a adequada interligação entre servidores, estações de trabalho e demais dispositivos utilizados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, garantindo conectividade estável, segura e compatível com as atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas.

7.6. O quantitativo estimado não representa superdimensionamento, mas reflete o atendimento estritamente necessário à infraestrutura existente e planejada, considerando critérios técnicos previamente definidos, tais como a existência de unidades de saúde em funcionamento, disponibilidade de energia elétrica, presença de equipes de saúde e necessidade de comunicação contínua para suporte às ações de atenção à saúde indígena.

7.7. Dessa forma, as quantidades propostas encontram-se objetivamente justificadas, documentalmente comprovadas e alinhadas à real demanda institucional, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 9º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, restando plenamente demonstrada a adequação entre a necessidade identificada e o quantitativo a ser contratado.

7.8. Com base nos critérios acima, estima-se a seguinte quantidade de bens a serem contratados:

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
1	Bateria estacionária chumbo-ácido selada (VRLA), 12V, alta capacidade, compatível com nobreak	Unidade	04
2	Switch e/ou modem roteador para rede de dados, conforme especificações técnicas	Unidade	36

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 58.618,92

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando pesquisa de preços realizada a partir de fontes públicas oficiais, contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública e consultas a valores praticados no mercado para objetos de mesma natureza.

8.2. Para a composição do valor estimado, foram considerados, de forma segregada, os itens que compõem o objeto da contratação, a saber: baterias estacionárias chumbo-ácido seladas (VRLA) e equipamentos de rede do tipo switches, observando-se as especificações técnicas mínimas definidas no levantamento de mercado e no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 111/2025.

8.3. A pesquisa de preços levou em conta valores praticados em contratações similares registradas em bases oficiais de compras governamentais, bem como referências de mercado compatíveis com o porte, a aplicação e a criticidade dos bens a serem adquiridos, assegurando a compatibilidade dos preços com a realidade do mercado e a vantajosidade da contratação para a Administração.

8.4. Com base na metodologia adotada e nas quantidades estimadas, o valor total estimado da contratação é de R\$ 58.618,92 (cinquenta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e dois centavos), valor considerado razoável, compatível com os preços de mercado e adequado ao atendimento da necessidade identificada, não se caracterizando sobrepreço ou superdimensionamento.

8.5. Ressalta-se que o valor estimado servirá exclusivamente como parâmetro para a fase externa da licitação, não vinculando a Administração ao preço final contratado, o qual será definido a partir da proposta mais vantajosa obtida no certame, nos termos da legislação vigente.

8.6. conforme planilha de pesquisa de preços constante dos autos do processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade, sem prejuízo da funcionalidade, da padronização e da eficiência da contratação.

9.2. O objeto da presente contratação compreende a aquisição de bens comuns, consistentes em baterias estacionárias chumbo-ácido seladas (VRLA) e equipamentos de rede do tipo switches, os quais, embora integrem a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação de dados do DSEI Vilhena, possuem naturezas distintas, aplicações específicas e funcionalidades independentes.

9.3. Sob o aspecto técnico, o fornecimento das baterias estacionárias não depende do fornecimento dos equipamentos de rede, e vice-versa, inexistindo necessidade de integração técnica entre os itens para a adequada execução da solução, o que afasta qualquer prejuízo operacional decorrente do parcelamento do objeto.

9.4. Do ponto de vista econômico e concorrencial, o parcelamento do objeto por itens mostra-se medida adequada para ampliar a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada tipo de bem, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

9.5. O parcelamento também não compromete a padronização, uma vez que as especificações técnicas mínimas de cada item serão claramente definidas no Termo de Referência, assegurando a compatibilidade das baterias com os nobreaks existentes e o atendimento dos equipamentos de rede aos requisitos de desempenho, segurança e conectividade exigidos.

9.6. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento da solução é técnica e economicamente viável e recomendável, devendo a contratação ser estruturada por itens distintos, correspondentes às baterias estacionárias e aos equipamentos de rede, não se identificando vantagens relevantes que justifiquem a contratação conjunta sem parcelamento.

9.7. Ressalta-se, por fim, que a adoção do parcelamento não acarreta aumento significativo da complexidade da gestão contratual, tampouco eleva os custos administrativos, contribuindo para maior eficiência, racionalidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para fins do disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, foram analisadas as contratações correlatas e/ou interdependentes à solução proposta, com o objetivo de verificar a existência de vínculos técnicos, operacionais ou contratuais que possam influenciar o planejamento, a execução ou os resultados da presente contratação.

10.2. Identifica-se como contratação correlata o Contrato INFOSUS IV, atualmente vigente, destinado à disponibilização de links de conectividade de internet nas Unidades Básicas de Saúde Indígena, Polos Base, CASAls e demais pontos estratégicos sob responsabilidade do DSEI Vilhena, uma vez que os equipamentos de rede objeto desta contratação são essenciais para a adequada distribuição, gerenciamento e aproveitamento da conectividade disponibilizada por meio daquele contrato.

10.3. Não obstante a correlação mencionada, a presente contratação não é tecnicamente interdependente das contratações de serviços de telecomunicações ou de conectividade, visto que o fornecimento das baterias estacionárias e dos equipamentos de rede pode ser realizado de forma autônoma, não condicionando sua execução à celebração, vigência ou adimplemento de outros contratos, ainda que com eles mantenha relação funcional.

10.4. No que se refere às baterias estacionárias, verifica-se correlação com os contratos ou aquisições pretéritas de nobreaks (UPS) utilizados na proteção elétrica dos servidores do DSEI Vilhena, limitando-se tal relação à compatibilidade técnica dos bens, não havendo dependência contratual direta ou necessidade de contratação simultânea.

10.5. Registre-se que não há contratações interdependentes obrigatórias que impeçam ou condicionem a execução da presente solução, inexistindo risco de sobreposição de objetos, duplicidade de despesas ou inviabilidade de execução decorrente da ausência de outras contratações.

10.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida possui apenas caráter correlato, especialmente em relação às iniciativas de ampliação da infraestrutura de conectividade e aos equipamentos já existentes, podendo ser realizada de maneira independente, sem prejuízo à continuidade administrativa, à eficiência operacional e ao atendimento das necessidades do DSEI Vilhena.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento institucional do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, contribuindo de forma direta para o fortalecimento da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação de dados necessária ao suporte das atividades administrativas e das ações finalísticas de saúde indígena.

11.2. A aquisição de baterias estacionárias chumbo-ácido seladas (VRLA) está alinhada ao planejamento de gestão de ativos de TI, na medida em que visa à substituição programada de equipamentos ao final de sua vida útil, à mitigação de riscos operacionais e à garantia da continuidade dos serviços essenciais, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da segurança institucional.

11.3. De igual modo, a contratação dos equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores está alinhada às ações planejadas de expansão e consolidação da conectividade de dados nas Unidades Básicas de Saúde Indígena, Polos Base, CASAls e aldeias atendidas pelo DSEI Vilhena, especialmente no contexto da implantação dos links de internet previstos em contratos corporativos, a exemplo do INFOSUS IV.

11.4. A solução proposta guarda aderência ao planejamento estratégico institucional, ao planejamento anual de contratações e às diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, ao viabilizar o uso de sistemas informatizados, o registro e a transmissão de informações em saúde, o suporte às equipes multidisciplinares e a melhoria da gestão e da tomada de decisão.

11.5. Ademais, a contratação está alinhada ao planejamento orçamentário e financeiro do órgão, uma vez que se trata de despesa previsível, programada e compatível com a natureza do objeto, não se configurando como contratação emergencial ou imprevista, em observância aos princípios do planejamento, da economicidade e da responsabilidade fiscal.

11.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento institucional, constituindo medida necessária, coerente e estratégica para assegurar a continuidade administrativa, a eficiência operacional e a efetividade das políticas públicas de saúde indígena no âmbito do DSEI Vilhena.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação proposta proporcionará a **continuidade e a estabilidade da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação de dados do DSEI Vilhena**, reduzindo significativamente o risco de interrupções decorrentes de falhas no fornecimento de energia elétrica ou de instabilidades na rede de dados, assegurando o funcionamento ininterrupto dos sistemas informatizados críticos.

12.2. A substituição integral dos bancos de baterias estacionárias ao final de sua vida útil contribuirá para a **mitigação de riscos operacionais e de segurança**, prevenindo falhas súbitas, danos aos equipamentos de alto valor agregado, perda de dados institucionais e riscos à integridade física de servidores e colaboradores, além de proteger o patrimônio público.

12.3. A aquisição dos equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores permitirá o **pleno aproveitamento dos investimentos já realizados em conectividade**, viabilizando a distribuição eficiente dos links de internet nas Unidades Básicas de Saúde Indígena, Polos Base, CASAs e aldeias atendidas, evitando gargalos operacionais e a subutilização de recursos públicos.

12.4. A melhoria da conectividade e da estabilidade dos sistemas de TI impactará positivamente a **gestão administrativa e a execução das ações finalísticas de saúde indígena**, ao possibilitar o uso contínuo de sistemas corporativos, como o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), o registro tempestivo de dados assistenciais, o envio de informações ao Sistema Único de Saúde (SUS) e o suporte às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena.

12.5. A contratação contribuirá para o **fortalecimento da governança e do planejamento institucional**, ao alinhar a gestão de ativos de TI às boas práticas técnicas, promover a substituição preventiva de equipamentos e reduzir a necessidade de contratações emergenciais, normalmente mais onerosas e menos eficientes.

12.6. Por fim, os benefícios esperados refletem-se na **melhoria da qualidade, da continuidade e da efetividade dos serviços públicos de saúde indígena**, ampliando a capacidade de resposta do DSEI Vilhena, fortalecendo a segurança institucional e assegurando melhores condições para o atendimento às comunidades indígenas sob sua responsabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar providências prévias, concomitantes e posteriores à contratação, de modo a assegurar a eficiência do processo, a compatibilidade técnica dos bens e a regular execução contratual.

13.2. Como providências prévias, deverá ser realizada a consolidação e validação das especificações técnicas das baterias estacionárias chumbo-ácido seladas (VRLA) e dos equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores, garantindo a compatibilidade com os nobreaks e com a infraestrutura de rede existente no DSEI Vilhena, bem como a observância das normas técnicas aplicáveis.

13.3. Deverá ser promovida a verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, com a devida previsão no planejamento anual de contratações e no orçamento vigente, em conformidade com a legislação aplicável.

13.4. Caberá à Administração a elaboração e aprovação do Termo de Referência, contemplando critérios de aceitação, prazos de entrega, condições de garantia, exigências de logística reversa, quando aplicável, e demais cláusulas necessárias à adequada execução do contrato.

13.5. Durante a execução contratual, deverá ser designado fiscal e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento do fornecimento, pela verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações pactuadas e pela adoção das medidas administrativas cabíveis em caso de desconformidades.

13.6. Após a entrega, deverá ser providenciada a instalação, substituição e configuração dos equipamentos, quando aplicável, observando-se os procedimentos internos de segurança da informação, continuidade de serviços e descarte ambientalmente adequado das baterias substituídas, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

13.7. Por fim, deverá ser assegurado o registro patrimonial, a atualização dos controles de ativos de TI e a formalização do recebimento definitivo dos bens, garantindo a rastreabilidade, a gestão adequada do ciclo de vida dos equipamentos e a obtenção dos benefícios esperados com a contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação proposta apresenta impactos ambientais potenciais associados, principalmente, ao ciclo de vida das baterias estacionárias chumbo-ácido seladas (VRLA) e, em menor grau, à fabricação, ao transporte e ao descarte dos equipamentos de rede do tipo switches e/ou modem roteadores.

14.2. No que se refere às baterias estacionárias, os principais impactos ambientais relacionam-se à geração de resíduos perigosos, em razão da presença de chumbo e eletrólito, os quais, se descartados de forma inadequada, podem ocasionar contaminação do solo, da água e riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

14.3. Como medida mitigadora, a contratação deverá observar a logística reversa obrigatória, nos termos da Lei nº 12.305/2010, exigindo-se que o fornecedor assegure a destinação ambientalmente adequada das baterias substituídas, preferencialmente por meio de reciclagem em empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

14.4. Quanto aos equipamentos de rede, os impactos ambientais estão associados à geração de resíduos eletroeletrônicos ao final de sua vida útil, bem como ao consumo de recursos naturais na sua produção. Tais impactos são considerados moderados e inerentes a esse tipo de bem.

14.5. A mitigação desses impactos será promovida por meio da aquisição de equipamentos com maior eficiência energética, maior vida útil e conformidade com normas técnicas e ambientais, bem como pela adoção de práticas de descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos, em consonância com a legislação ambiental vigente.

14.6. Ressalta-se, ainda, que a substituição preventiva de equipamentos ao final de sua vida útil contribui para a redução de riscos ambientais, ao evitar falhas catastróficas, vazamentos ou acidentes que poderiam gerar impactos ambientais mais severos.

14.7. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são controláveis e mitigáveis, sendo superados pelos benefícios institucionais e sociais decorrentes da continuidade e da melhoria dos serviços públicos de saúde indígena, desde que observadas as medidas de gestão ambiental previstas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas, declara-se viável técnica, econômica e administrativamente a contratação para aquisição de baterias estacionárias e switches/modem roteadores para o DSEI Vilhena. A solução proposta atende plenamente à necessidade identificada, encontra respaldo no interesse público, está alinhada ao planejamento institucional e observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, recomendando-se o prosseguimento do processo para a fase de elaboração do Termo de Referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LOPES RODRIGUES

Chefe SELOG



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 14:40:02.

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 11:12:16.

Apêndice II

MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Proposta de Contratação

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à **Aquisição de Baterias estacionárias e Switchs.**

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	619615	Bateria Estacionária Alta Capacidade aplicação: equipamentos telecomunicação, capacidade nominal: 22, dimensões: 517 x 272 x 446, peso: 57,80, sistema eletroquímico: chumbo-ácido, tipo: selada de eletrólito líquido, vida útil: mínimo 02 anos	Unidade	4	R\$	R\$
2	466669	Switch aplicação: conectar servidores e equipamentos em rede, características adicionais: rede tipo pon, com uma porta tipo sc/apc, quantidade portas: 4, tipo portas: ethernet, velocidade porta: 1 gb Unidade de fornecimento: Unidade	Unidade	36	R\$	R\$

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal] [Nome da sua Empresa]